



DOI: 10.30681/issn23163933v29n02/2020p296-323

POR UMA PROBLEMÁTICA DA SIGNIFICAÇÃO LINGUÍSTICA

THE ISSUE OF MEANING IN LINGUISTICS

Elisandra Benedita Szubris¹
Albano Dalla Pria²

Recebimento do texto: 13/05/2020

Data de aceite: 10/06/2020

RESUMO: Nosso objetivo neste trabalho foi problematizar a significação linguística consoante o ponto de vista operatório da linguagem. As definições de linguagem, línguas, significação e linguística pelas quais nos orientamos são aquelas formuladas pela Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas. Subsidiaram nossos objetivos análises de unidades linguísticas tomadas, ao mesmo tempo, como formas empíricas e como marcadores de operações abstratas. Concluímos que a significação linguística é o resultado do encadeamento de determinações em cascata.

PALAVRAS-CHAVE: Significação; Linguística; Operatório; Invisível; Invariante.

ABSTRACT: Our objective in this paper was to deal with the issue of meaning in Linguistics according to the operative point of view of language. We were guided by the definitions of language, languages, meaning and Linguistics formulated by the Theory of Predicative and Enunciative Operations. Our objectives were supported by analyzes of linguistic units taken as empirical forms and as markers of abstract operations. We concluded that linguistic meaning is the result of determinations chains.

KEYWORDS: Meaning; Linguistics; Operative; Invisible; Invariance.

¹ Mestra em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT/Cáceres. E-mail: elisandraszubris@hotmail.com

² Pós-doutorado em Linguística (Semântica) pela Universidade Nova de Lisboa. Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara. Docente da UNEMAT/Campus de Alto Araguaia e do Programa de Pós-graduação em Linguística da UNEMAT/Cáceres. Coordenador do Grupo de Pesquisa *Varição e invariantes na linguagem* (CNPq). E-mail: adallapria@gmail.com





*Não gosto de palavra acostumada
(Manoel de Barros)*

Introdução

Tendo definido a linguística como ciência cujo objetivo é apreender a atividade de linguagem através da diversidade das línguas naturais, Culioli (1990, p. 14) direcionou a Linguística a outros patamares de discussão sobre a prática de linguagem dos sujeitos enunciadorees.

Se, por um lado, temos teorias que definem a língua como um sistema que classifica e hierarquiza o empírico, por outro lado, temos a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (doravante TOPE) teorizando a linguagem enquanto trabalho de construção de representação, referenciação e regulação (CULIOLI, 1989). Longe de ser tomada como um dado, a significação é o construto da atividade de linguagem dos sujeitos enunciadorees.

Consoante com essa hipótese, a linguagem também é considerada como fundamentalmente indeterminada, isto é, as unidades de uma língua dada são objetos fundamentalmente instáveis que caminham em várias direções de sentido. Isso nos força a

trabalhar sobre domínios híbridos de articulação que relacionam aquilo que foge à nossa alçada de linguistas, tais como os processos cognitivos de categorização e de construção de representações, com aquilo que nos é próprio, a saber, as representações linguísticas (arranjos léxico-gramaticais das línguas naturais) como produto da atividade de linguagem (PRIA, p. 56).





Ademais, são “a indeterminação das unidades linguísticas e o trabalho do sujeito em relacioná-las, em fazê-las interagir, determiná-las, que permitem o diálogo entre o mundo e a língua, entre o sujeito e o objeto” (REZENDE, 2000a, p. 272). É a indeterminação da linguagem que fundamenta a prática de linguagem dos sujeitos enunciadoreis tal como se encontram mergulhados na diversidade do empírico.

Acreditamos ser preciso ir além de um tratamento superficial da identidade de funcionamento das unidades linguísticas. Há algumas complexidades a serem consideradas a esse respeito. Em se tratando de **identidade de funcionamento**³ (doravante identidade), considerem-se dois tipos: o operatório/esquemático e o classificatório/representativo.

Do ponto de vista figurativo/representativo, a identidade de uma unidade refere o mesmo, o constante, aquilo que se repete, aquilo que não se deixa afetar pela variação espaço-temporal e subjetiva, e que vem a ser teorizado como o redundante, o determinado. Desse ponto de vista, as unidades se determinam dentro de um sistema fixo que reproduz a si mesmo e não se adapta. As análises estão centradas em aspectos formais da superfície do simbólico (p. ex. morfologia verbal e nominal; ordem dos constituintes, e assim por diante).

Do ponto de vista operatório, identidade refere noções semânticas (feixes de propriedades), esquemas (modos de ação), esquemas de funcionamento, e assim por diante. Desse ponto de vista, as unidades se determinam dentro de um sistema que se adapta à variação, sem que as unidades sejam classificadas dentro de conceitos estanques.

³ Utiliza-se o negrito para destacar termos e conceitos.



Do ponto de vista operatório não podemos ignorar que, se determinados objetos se encontram em fila, por exemplo, é porque a operação de ordenar assim os colocou, ainda que, eventualmente, tenha havido alguma resistência ao processo. O modo como os objetos se apresentam é o resultado de um projeto que, do ponto de vista classificatório/representativo só se consegue recuperar superficialmente. A relação função integradora-posição é reduzida, desse ponto de vista, à relação forma-função sintática/pragmática.

Enquanto a função integradora (psicossociológica) pode ser definida como uma hipersintaxe da significação, já que dá unidade à morfossintaxe e determina a significação, a função sintático-semântica busca estabelecer correspondências entre classes de objetos estáveis definidos em diferentes planos de representação que são autônomos uns em relação aos outros.

O que estamos chamando de **unidades linguísticas** ou **unidades morfo-lexicais** também (doravante unidade) não se confunde com **signos** de Saussure (2010). Para nós, as unidades são, por um lado, de natureza empírica, dado que constituem um enunciado e assumem um valor singular, e, por outro lado, de natureza operatória, dado que são vestígios de representações cognitivas que apontam para as operações da linguagem.

Nossas unidades de análise, os enunciados, constituem-se do agenciamento de unidades que são, ao mesmo tempo, teóricas (remetem a operações) e empíricas (remetem a valores singulares). “*O enunciado é*



sempre um resultado e isso graças à enunciação” (AUROUX, 2018, p. 5 – tradução nossa; grifos do original).

Tendo delimitado o espaço teórico em que nos propomos a trabalhar, avançaremos com a observação do funcionamento de algumas formas. Começaremos pelo prefixo IN- que a gramática o classifica como **prefixo de negação**. Para tanto, define-se qual seja o sentido estabilizado da unidade e se estabelece que esse sentido se soma a um lexema de base, tal como *capaz*⁴, por um processo de derivação prefixal, produzindo-se *incapaz*. Compreende-se, desse ponto de vista, que o prefixo IN- ingressa na língua investido de um valor negativo de base que permite opor os lexemas *capaz/incapaz*. Ressalte-se que, desse ponto de vista, estão interditados questionamentos sobre qual seja a origem do valor negativo de base. Assumindo-se que esteja lá, tanto basta.

Sob outro ângulo, defenderemos que o valor das formas de superfície, sejam elas as menores unidades, tais como o prefixo IN-, não deva ser tomado como um dado *a priori* cuja finalidade das unidades é encapsular. Defendemos, ainda, que um valor já dado não deva ser tomado como próprio ou inerente às unidades, sob pena de ficarmos limitados à observação das unidades isoladamente e concluirmos que nenhum trabalho houve para construir as relações que lhes dão densidade semântica e espessura dialógica. A hipótese que ratificamos neste artigo é a de que o valor das unidades é sempre **um valor em construção**, isto é, um valor

⁴ Utiliza-se o itálico para destacar unidades linguísticas ou sequências de unidades lexicais.



empiricamente fundamentado pela rede de relações (variação empírica) que define a sua identidade.

Para as análises, selecionamos, sempre que possível, enunciados da obra do poeta Manoel de Barros. Assim o fizemos porque, além de refletir sobre a identidade de funcionamento das unidades linguísticas na atividade de linguagem, queremos nos aproximar, com alguma cautela, dado que somos linguistas, e não filósofos, de uma reflexão sobre o **visível estruturante/estruturado** e o **invisível estruturante**. Para tanto, assumimos que o invisível estruturante corresponde à forma interna, processual, que, subjacente à forma externa ou de superfície, está sustentando não só as versões de um conteúdo, mas também a passagem de uma para a outra.

Após a Introdução, que utilizamos para delimitarmos o espaço teórico em que nos propomos a trabalhar, explicitamos, na seção 1, a importância de se trabalhar com as formas linguísticas relacionando-as. Na seção 2 damos indicativos de que se beneficia a análise linguística que toma as unidades como fundamentalmente indeterminadas. Na seção 3, o invisível estruturante foi definido como uma invariante de forma. Na seção 4, colocamos a problemática da significação linguística consoante o ponto de vista operatório da linguagem. Por fim, apresentamos as considerações finais e arrolamos as referências.



1. O trabalho com as formas linguísticas

A concepção gramatical da linguagem, conforme referimos na Introdução, assume que subjacente às formas de superfície de uma língua dada encontraremos um valor estável, invariável e que esse valor define a gênese das formas. Já o ponto de vista operatório assume que toda unidade é fundamentalmente ambígua e que sua variação semântica da unidade é regulada por uma invariante de forma (processual) que não se pode confundir com um conteúdo dado, constante e estável. Portanto, o ponto de vista operatório está em oposição à concepção gramatical.

O conceito de invariante nos remete a raciocínios ou inferências conjecturais⁵ invisíveis que só estão acessíveis através das unidades léxico-gramaticais que lhes dão acesso numa língua dada. Enquanto linguistas, não temos como acessá-los de outro modo, senão através da linguagem. Por essa razão, serão referidos neste artigo como **operações da linguagem**.

Retomemos agora a análise do **prefixo de negação** à que aludimos na Introdução. Sob o ponto de vista gramatical, a análise de *incapaz*, primeiro, toma por base a forma do lexema e busca encontrar no léxico outras formas semelhantes a *incapaz*, tais como *capaz*, *capacidade*, *incapacidade*, e assim por diante, e, segundo, toma por base o sentido do lexema (que, lembre-se, deve ser estável e invariável) e busca encontrar no léxico outros sentidos que se aproximam do sentido de *incapaz*.

⁵ Os raciocínios conjecturais articulam o possível e o necessário.



Com efeito, o sentido de *capaz*, que é definido como *alguém ou alguma coisa que tem capacidade para algo*, é tomado como um sentido positivo e estável em relação ao qual se define o sentido de *incapaz* como *alguém ou alguma coisa que não tem capacidade para algo*. Em suma, define-se o sentido de *incapaz* como *não-capaz*. Como foge aos propósitos deste artigo, deixaremos para outra ocasião uma reflexão sobre o modo pelo qual uma análise desse tipo promove a homogeneização que ela toma como sendo uma propriedade inerente aos dados.

Agora, sob o ponto de vista enunciativo, consideremos dois enunciados:

(1) *Pedro é incapaz de cantar hoje*

(2) *Pedro é incapaz de cantar hoje todas as músicas do repertório.*

É possível que fiquemos com a intuição de que *incapaz*, no enunciado (1), remete ao *não-capaz*, isto é, *Pedro não cantou nada*. Estaríamos, assim, em conformidade com o figurino da análise gramatical. No entanto, ficamos com a intuição de que *incapaz*, no enunciado (2), remete ao *capaz até certo ponto*, quer dizer, *Pedro cantou algumas músicas do repertório* ou *Pedro cantou as músicas do repertório até certo ponto*, sem excluir a possibilidade de que *incapaz* também possa remeter ao *não-capaz*, isto é, *Pedro não cantou nada, incluindo-se as músicas do repertório*.



Temos uma assimetria ou uma distância entre *Pedro e as músicas do repertório* que pode, eventualmente, ser mitigada por uma ocorrência de *cantar*. Chamaremos de **nula** a distância mitigada e **não-nula** a distância não-mitigada. Glosamos o **não-nulo** em (a) e o **nulo** em (b):

(a) **nulo**: *Pedro cantou as músicas do repertório*

(b) **não-nulo**: *Pedro não cantou nem as músicas do repertório*

Aplicando-se o mesmo raciocínio aos enunciados (1) e (2), temos o **não-nulo** em (1), quer dizer, *Pedro é incapaz de cantar qualquer coisa que se considere*, e temos o **nulo** em (2), se entendermos que *Pedro cantou algumas músicas do repertório* ou *Pedro cantou as músicas do repertório até certo ponto*, e **não-nulo**, se entendermos *Pedro não cantou nada, incluindo-se as músicas do repertório*.

Depois dos experimentos que fizemos acima, temos algumas perguntas que precisamos colocar à análise que, sob o ponto de vista gramatical, é feita do prefixo IN-. Ainda se pode sustentar que IN- tenha um sentido estável equivalente a *não* e que esse sentido se soma ao sentido de *capaz*? Ainda se pode sustentar que *incapaz* tenha um sentido estável equivalente a *não-capaz*? Ainda se pode sustentar que o par *capaz/incapaz* constitui uma oposição de princípio? Ainda se pode sustentar que *capaz* seja o polo positivo em relação ao qual se define o sentido de *incapaz*?

Observe-se, a partir dos nossos experimentos, que ambos os enunciados (1) e (2) projetam ocorrências de *o canto de Pedro* que, relacionadas às marcas assertivas do contexto encaixante, são estabilizadas



em diferentes direções, quer no sentido de que *o canto de Pedro existiu* quer no sentido de que *o canto de Pedro nunca existiu*. Isso é possível de se compreender através do conceito de **Domínio Nocial** (CULIOLI, 1978).

Sucintamente, o Domínio Nocial compreende um espaço topológico cuja função é estruturar classes de ocorrências de **noções semânticas** (CULIOLI, 1997). O espaço topológico se organiza em três zonas: o interior (espaço reservado àquilo que é verdadeiramente o caso), o exterior (espaço reservado àquilo que verdadeiramente não é o caso) e a fronteira (espaço reservado àquilo que é o caso até certo ponto ou que quase é o caso).

Voltemos às ocorrências de *o canto de Pedro* projetadas pelos enunciados (1) e (2). No interior do domínio encontram-se as ocorrências sobre as quais podemos dizer que *o canto de alguém é o caso* e, no exterior, aquelas ocorrências sobre as quais podemos dizer que *o canto de alguém não é o caso*. Na fronteira, encontram-se ponderações sobre *o canto de alguém*, quer dizer, ocorrências que caminham em direção ao exterior, em que *o canto de alguém pode ser o caso até certo ponto*, e ocorrências que caminham em direção ao interior, em que *o canto de alguém ainda nem é o caso*.

Tomando por base a projeção de *o canto de alguém* e as marcas do contexto encaixante dos enunciados (1) e (2), sob o ponto de vista do espaço topológico delineado no parágrafo imediatamente anterior, podemos entender que *o canto de alguém não é o caso*, em (1), mas é o caso, em (2). De outro modo, também podemos colocar que *o canto de*



Pedro é uma ocorrência fictícia, em (1), consoante sua identificação com o **não-nulo**, e que *o canto de Pedro* é uma ocorrência efetiva em (2), consoante sua identificação com o **nulo**.

Por fim, ao trabalhar com as formas linguísticas relacionando-as, afastamo-nos daquela “racionalidade que recusa a intersubjetividade, que recusa o ajustamento, que imagina que se pode explicar *tudo*, até o imprevisível, que não coloca o problema do indizível, que raciocina em termos de *tudo* ou em *nada*” (CULIOLI, 2002, p. 221 – tradução nossa; grifo do original).

2. O invisível como um conteúdo não-acostumado

A ciência, assim como as artes em geral e a poesia em particular, não se satisfaz com **a palavra acostumada**, com a significação que não se desdobra em outras possibilidades. Mas também é de consenso que os modos de compreender as possibilidades de (re)significação não são os mesmos para os poetas e para os linguistas.

Para o poeta, arriscamos dizer que **a palavra acostumada** refere os conteúdos estabilizados em uma determinada cultura. Ele os rejeita em favor de outros conteúdos, às vezes aqueles conteúdos que, por algum motivo, possam ter sido rejeitados por essa cultura. Para o poeta, o invisível pode corresponder a conteúdos culturalmente marginalizados, mas que encontram espaço na construção poética.

Nesse sentido, observe-se o enunciando *Eu queria crescer pra passarinho...* (BARROS, 2013, p. 309), que pode ser tomado como um





enunciado possível, se o definirmos como uma metáfora. No espaço da objetividade, *passarinho* não pode ocupar o lugar de algo utilitário, como uma profissão, etc., tal como ocorre em construções do tipo *Quero crescer para ser médico, advogado, jogador de futebol, bombeiro etc.* Manoel de Barros enfatiza o valor teleológico (o passarinho serve para aquilo que ele serve), e não o valor utilitário de passarinho.

Abriremos aqui um parêntese. A saber, a partir do século XVI, o conhecimento se orientou para a construção de instrumentos que produzissem uma percepção invariável de fenômenos variáveis. Entre os séculos XVI e XVIII, a percepção do mundo mudou radicalmente. No século XX, a propriedade invariável dos instrumentos chegou a ser tomada como sendo uma propriedade dos próprios fenômenos, quer dizer, confundindo-se com os fenômenos não no plano do aparente, é claro, é inegável a variação do aparente, mas no plano subjacente à aparência dos fenômenos e, conseqüentemente, na teorização. Além disso, com a ampla utilização e o alcance de alguns instrumentos, tornou-se quase impensável uma reflexão sobre a percepção do mundo que ignorasse tais instrumentos. O que seria da ciência sem os seus instrumentos hoje?

Manoel de Barros rompe com essa lógica. Ele **afere** ou sente o mundo com lesmas, pássaros, sapos, e assim por diante. A razão do poeta distancia-se da razão científica. Ele raciocina com outras bases de conhecimento, tais como a ingenuidade e com a ignorância. A sua relação com o mundo está medida por outros **instrumentos** que não aqueles da modernidade. Com efeito, a poesia de Manoel de Barros, em alguma



medida, tira da invisibilidade aquilo que, através da ciência e das instituições, não seria visível.

O termo **vanguarda** foi utilizado, no século XX, para referir a necessidade de um olhar diferente para o mundo, um olhar capaz de revolucionar tanto forma quanto conteúdo nas artes em geral. Paradoxalmente instala-se, dentro do movimento de vanguarda, o **primitivismo**, sob o argumento de que o mais importante não era se modernizar, mas sim **olhar para o começo**, numa provável menção à ciência antiga, visto que as bases do mundo moderno já estavam assentadas, naquela altura, nas ideias de progresso, de futuro, de ciência e de técnica. Via-se a necessidade de se fazer um recuo e de se resgatar o que estava na base de toda arte, opondo-se ao caráter mecanicista, quantitativo e utilitário da ciência moderna que se espalhava por domínios da vida.

Nosso contato com a literatura de Manoel de Barros nos coloca uma questão muito importante sobre a linguagem: como pode esta fazer uma separação entre o que é **real** e o que é **fictício**? Entre o que pode ser dito em um plano objetivo e o que não pode ser dito? A linguagem realmente faz essas distinções?

Para compreender essa questão, recorreremos ao seguinte pronunciamento:

Por que a necessidade que sempre temos de ter um ponto de partida, uma âncora, um ponto fixo e imóvel, se a preocupação tanto para os que defendem um caminho (significado figurado → significado literal) quanto para os que defendem o outro (significado literal → significado





figurado), é a mesma: apreender o que é o processo de significação? Ou, então, os partidários de uma posição ou de outra estão preocupados apenas com “os significados” dados e construídos circunstancialmente? (REZENDE, 1999, p. 46).

Grande parte do esforço empreendido na compreensão do processo de significação ainda se pauta por um conteúdo dado. E qual conteúdo, sendo ele dado, melhor nos ajudaria a compreender os processos de significação?

A linguística culioliana nos ajuda a compreender o processo de significação fora das polarizações em torno de um conteúdo dado. O invisível não corresponde a um conteúdo na linguística de Culioli. Trata-se, isso sim, de esquemas que dialogam com conteúdos, é bem verdade, mas sem que o esquema se confunda com nenhum desses conteúdos. O linguista, enquanto falante de uma língua dada, tem de acessar, através das unidades dessa língua, esse espaço mais profundo gerador de conteúdos. O acesso à linguagem só é possível através dos valores singulares de uma língua dada.

Sem abstrair da variação empírica (as línguas) de onde partiu o linguista vai construindo caminhos de acesso aos mecanismos de linguagem subjacentes à prática humana de construir objetos simbólicos investidos de significação. O linguista é forçado a acessar processos generalizáveis (que não podem ser tomados como universais) sem perder de vista a dimensão do particular, do específico.

Na linguística culioliana, o linguista precisa ser “ao mesmo tempo ele próprio e os outros. Precisa esvaziar-se de si próprio e, numa



espécie de processo inverso ao aprendizado da linguagem pela criança (desaprendizado), ir da língua à linguagem” (REZENDE, 2009, p. 17).

Não se confunda “esvaziar-se de si próprio” com o **esvaziamento do ser**, por exemplo, teorizado por Lipovetsky (2005). Para o filósofo, a revolução individualista impõe ao ser uma **dessubstancialização do “eu”**, que teve a sua identidade dissolvida. Diante do caos imposto por essa situação, cumpre aos sujeitos estarem sempre em busca de adquirir outra identidade, num processo infinito.

Acreditamos que tanto para o poeta quanto para o linguista a **palavra acostuada** refere uma crítica a uma certa concepção de mundo e de ciência, o que não quer dizer que, linguista e poeta estejam de acordo quanto ao que entendem por ciência e por realidade. Aquilo que os une é a crítica que fazem a esse estado de coisa.

Voltemos ao enunciado *Eu queria crescer pra passarinho...* (BARROS, 2013, p. 309). De um certo ponto de vista, sintaxe e léxico são elementos de uma álgebra que não dá lugar ao inesperado, que apenas reproduz o esperado, o conhecido; mas, da perspectiva de Manoel de Barros, sintaxe e léxico se redimensionam. A sintaxe de *Eu queria crescer para...* vai construindo relações de determinação que, de um certo ponto de vista, excluiriam a unidade *passarinho*. A presença desse léxico, que obriga a revisão de toda a sintaxe para que o enunciado seja significativo, abre uma fratura na sintaxe. Assim como a ferida se resente da carne que lhe é extraída, a sintaxe fraturada se resente da ausência do léxico adequado. É assim que *Eu queria crescer pra passarinho...* e *Eu queria*



crescer pra ser útil..., por um lado, distinguem-se e, por outro lado, confundem-se.

Questiona-se se estamos diante de uma **reconstrução** ou **sobreposição** de conteúdos. São os léxicos que têm vocação para certos lugares ou é a sintaxe que, ao construir os lugares, determina quais léxicos os deve preencher, sendo a memória, nesse caso, um depósito de léxicos prontos? Assim colocada a relação entre sintaxe e léxico instaura-se o dilema: é **fraturando** a sintaxe que Manoel de Barros consegue introduzir a unidade *passarinho* ou é introduzindo a unidade que se obtém, por certo, a **fratura** da sintaxe? Essa é uma falsa questão que toma a sintaxe e o léxico como já dados e dissimula uma disputa entre eles. Na prática de linguagem dos sujeitos enunciadore, sintaxe e léxico estão a serviço da função integradora que visa construir classes de predicado através da atribuição de propriedades aos objetos.

A aparente disputa entre a sintaxe e o léxico é já o “resultado da atividade (trabalho) cognitiva (operações) dos sujeitos sobre uma materialidade que se encontra construída em uma cultura” (PRIA, 2014, p. 27), e não a causa de uma aparente desintegração da sintaxe, supostamente, motivada pela introdução de léxicos em lugares que não seriam admitidos pela sintaxe.

Dito isto, na seção seguinte, pretendemos explorar o invisível como uma invariante de forma.



3. O invisível como uma invariante de forma

Defendemos que o invisível avance para um sistema metalinguístico de representação capaz de formalizar os raciocínios invariantes que, admitindo uma margem de variação do conteúdo de pensamento, regulam os modos variáveis pelos quais as representações se estabilizam numa língua dada.

É através de ocorrências singulares de noções de predicado que o invisível toma corpo e adquire formas singulares nas línguas. Na passagem de uma ocorrência a outra se pode observar, através dos arranjos léxico-gramaticais constitutivos de cada ocorrência de predicado, correspondências entre sistemas de representação que, de princípio, não se equivalem.

Todo conteúdo de pensamento está estruturado através de raciocínios subjacentes que passam, através do conteúdo formalizado, a intuição de raciocínios explícitos em decorrência da disposição de superfície tanto da sintaxe quanto do léxico. Apropriar-se de raciocínios subjacentes vai além dos raciocínios que se pode formalizar com base em valores de superfície. No processo de apropriação de raciocínios subjacentes, temos de prestar atenção não só naquilo que se mantém e àquilo que varia em cada gesto de apropriação, mas também naquilo que se esboça como caminho possível para a formalização de conteúdos de pensamento.

É fundamental, nesse processo, a imersão na diversidade experiencial e empírica pelo sujeito. Sem isso fica difícil de perceber os





sistemas simbólicos se adaptando às propriedades dos objetos, “quando a representação toma formas específicas na língua” (PRIA; CUMPRI; KARIM, 2019, p. 5), assim como fica difícil de perceber as propriedades dos objetos se adaptando às propriedades dos sistemas simbólicos. Em qualquer uma dessas direções, encontraremos noções semânticas se integrando ao contexto, e vice-versa.

4. Por uma problemática da significação linguística

O enunciado é o resultado de um gesto de equilibração de forças, quais sejam a força da função (da ordem do cognitivo) e a força da posição (da ordem do cultural). Às vezes elas coincidem, como é o caso de *Eu queria crescer para ser médico, advogado, importante, útil*, mas nem sempre isso é o que acontece, como é o caso de *Eu queria crescer pra passarinho...* (BARROS, 2013, p. 309).

A história de uma língua dada sugere que certas unidades são mais vocacionadas ou adequadas do que outras para certos lugares no enunciado. Nesse caso, *médico, advogado, importante, útil*, seriam unidades mais vocacionadas do que *passarinho* para o espaço que ocupam no enunciado em questão. A unidade *passarinho* estaria na contramão dos condicionamentos culturais e da lógica deles derivada.

Se houvesse sempre coincidência entre função e posição, seria fácil concluir que certos espaços estão reservados a certos léxicos, e vice-versa. Como esse nem sempre é o caso, temos de concluir que a coincidência não é de princípio e que a não coincidência é sim uma



possibilidade. Em suma, se não é a coincidência que fundamenta a linguagem (ainda que uma língua dada passe a intuição de que a posição determina a função), também não é fruto do acaso a coincidência, quando ela existe, entre função e posição, como bem se poderia colocar, no avesso do raciocínio de que partimos. Na verdade, o argumento pelo avesso está sustentado pela ideia falsa da impossibilidade de se fazer previsões sobre o empírico e visa muito mais inviabilizar o trabalho científico do que trazer alguma contribuição para a compreensão dos fundamentos do trabalho simbólico. O desenvolvimento dessa discussão, que extrapola os limites desse artigo, nos obriga a não avançar para além de uma alusão.

De princípio, nenhum léxico está vocacionado para lugares previamente definidos. Se há ou não coincidência entre função e posição é uma falsa questão, já que ambos os casos são construtos da atividade de linguagem dos sujeitos⁶, isto é, do trabalho de construção de representação, referenciação e regulação (CULIOLI, 1989). Os fundamentos desse trabalho são as representações do domínio cognitivo⁷ (dadas sempre em termos de um vir a ser) e as operações que organizam o vir a ser da representação, dando-lhe espessura dialógica e propriedades referenciais.

Se, por um lado, o simbólico passa a intuição de que cabe à linguagem tão somente reproduzir os valores da cultura, seus hábitos, suas

⁶ A força da função é igualmente relevante nos dois casos, e não só quando as duas forças deixam de coincidir.

⁷ Por domínio cognitivo entenda-se não só uma “racionalidade explícita” (CULIOLI, 2018, p. 34), mas também o afeto e a emoção, quer dizer, uma “racionalidade silenciosa” (CULIOLI, 2018, p. 34) que é colocada em funcionamento nas trocas verbais tanto intra quanto intersubjetivas.



categorias, consoante um sistema referencial estável de correspondência (isomorfia) do empírico com uma língua dada, por outro lado, a linguagem, enquanto forma estruturante, constitui-se como um gesto (uma ação mental) que (re)interpreta, através de unidades específicas dessa língua⁸, o trabalho simbólico, categorizando o empírico (atribuindo-lhe propriedades) não mais num sistema de correspondência (semelhante a um sistema lógico, por exemplo), e sim num sistema figurativo (um sistema de significação que resulta de um encadeamento de determinações) em que o valor de uma unidade deve-se não só ao espaço que ocupa, mas também ao conjunto das relações entre essa e as demais unidades constitutivas do enunciado.

Desde a nossa mais remota infância apreendemos feixes de propriedades relativamente estabilizadas nas culturas, assim como propriedades dos objetos com os quais estamos regularmente em contato, tais como a propriedade /ser cachorro/⁹ e o traço discreto que nos parece familiar àquela propriedade. Enunciar implica construir a ancoragem referencial dessas inferências.

A variação experiencial intervém de modo fundamental na construção da ancoragem referencial de unidades que remetem a conteúdos de pensamento (inferências sobre como o empírico se encontra) numa situação particular de diálogo¹⁰. Ainda que o traço discreto seja

⁸ A atividade mental não está disponível ao linguista (CULIOLI, 2018) a não ser através da diversidade de formas e de valores que são específicos à diversidade das línguas.

⁹ Utilizamos barras oblíquas para noções e propriedades das noções.

¹⁰ Não se confunda uma situação particular de diálogo com uma situação qualquer de comunicação (em que os sujeitos não se diferenciam).



familiar à unidade *cachorro* que, no trabalho simbólico, pode ser tomada como estando numa relação de correspondência com o empírico, é preciso equilibrar essa inferência com cenários enunciativos (sujeitos enunciadores, tempo e espaço da enunciação) não quaisquer.

A esse respeito, consideremos o enunciado “Cuidado! O cachorro [aqui tem um cachorro] vai te morder”. Aqui partimos de ocorrências discretas (reais ou imaginárias) relativamente estabilizadas e, através de processos quantitativos preponderantes, construímos a estabilização de uma ocorrência discreta de *cachorro*, isto é, construímos uma ocorrência que seja discernível em relação a ocorrências discretas. Para tanto, consideremos, primeiro, que uma ocorrência discreta de *cachorro* tenha sido estabilizada na experiência dos sujeitos enunciadores e, segundo, que o sujeito enunciator tenha reconhecido, numa retomada enunciativa desse pré-constructo, que uma outra ocorrência é aquela mesma ocorrência de *cachorro*. Observe-se que não estava dada para o enunciado a identificação quantitativa que vem a contribuir para a determinação do sentido de *cachorro* no enunciado de que partimos.

Considere-se, ainda, o enunciado *Eu amo cachorro*. Aqui partimos de ocorrências discretas (reais ou imaginárias) relativamente estabilizadas e, através de processos qualitativos preponderantes, construímos a estabilização de uma ocorrência densa de *cachorro*, isto é, construímos uma ocorrência que seja indiscernível em relação a ocorrências discretas. Para tanto, consideremos, primeiro, que várias ocorrências discretas de *cachorro* tenham sido estabilizadas na experiência dos sujeitos enunciadores e, segundo, que o sujeito enunciator tenha



reconhecido, numa retomada enunciativa desse pré-constructo, que as ocorrências em questão são ocorrências do mesmo tipo. Observe-se que não estava dada para o enunciado a identificação qualitativa que vem a contribuir para a determinação do sentido de *cachorro* no enunciado de que partimos.

Exemplos como esses reforçam não só a hipótese de que há um hiato entre o empírico e as representações do domínio cognitivo, mas também o argumento de que a oposição mundo-pensamento acentua o hiato, em vez de superá-lo, seja porque toma os enunciados ou as unidades que os constitui como estando no lugar das coisas, quer dizer, toma a linguagem como estando num sistema de correspondência imediata com as coisas¹¹, seja porque toma os enunciados como representantes das coisas, quer dizer, toma a linguagem como estando num sistema de correspondência intermediária entre categorias do pensamento – as ideias dos homens – e as coisas¹².

¹¹ Para a abordagem referencialista ou denotativa, “the meaning of an expression is what it refers to (or denote) or stands for” (LYONS, 1995, p. 40), isto é, “o significado de uma expressão é aquilo que ela refere (ou denota) ou aponta” (LYONS, 1995, p. 40 – tradução nossa). Com efeito, desse ponto de vista, “as expressões linguísticas referem a entidades externas no mundo” (ABBOTT, 1997, p. 130 apud SCLiar-CABRAL, 2002, p. 60). A referência de uma palavra seria dada pela identificação de todas as entidades (objetos) no mundo (externo) usualmente designadas por tal palavra.

¹² Observe-se que, em relação ao ponto de vista referencialista, a fonte da significação deixa de ser o mundo (as coisas) e passa a ser o pensamento (a ideia que os homens fazem das coisas). Desse ponto de vista, “the meaning of an expression is the idea, or concept, associated with it in the mind of anyone who knows and understands the expression” (LYONS, 1995, p. 40), isto é, “a referência de uma expressão é tanto a ideia,



Para o construtivismo ao qual nos filiamos, a relação entre as expressões linguísticas e a sua ancoragem referencial inscreve-se numa **problemática da significação linguística**. Desse ponto de vista, a oposição mundo-pensamento deixa de ter relevância, uma vez que toda experiência com o empírico é retrabalhada pelos sistemas de significação que são as línguas naturais. Espera-se das análises contidas neste artigo que sejam relevantes para a observação do trabalho dos sujeitos na construção de conteúdos.

Há uma distância fundamental entre o mundo e o pensamento. Os sistemas de significação em língua natural¹³ nos colocam diante da possibilidade de superá-la. Para isso, precisamos assumir a hipótese de que a linguagem é fundamentalmente indeterminada tanto quanto a hipótese de que o sentido é fundamentalmente instável e se desloca segundo ângulos perceptivos variados em cenários enunciativos que se transformam ou se redimensionam devido às ponderações (quantitativas e qualitativas, por exemplo) que são feitas sobre as relações entre as unidades (PRIA, 2019, p. 13). Espera-se das análises contidas neste artigo que sejam relevantes para a observação do cenário original que dá unidade ao enunciado.

Antes de encerrar, queremos reforçar o argumento de que a ausência de um léxico num espaço que aparenta estar vocacionado a recebê-lo, longe de ser um acaso, é antes a causa, e não o efeito, da

ou conceito, a ela associado na mente de alguém que conhece ou entende a expressão” (LYONS, 1995, p. 40 – tradução nossa).

¹³ A oposição mundo-pensamento não considera a especificidade da linguagem na construção do conteúdo de pensamento e toma a linguagem como fundamentalmente adequada quer ao mundo, às coisas, quer ao pensamento, às ideias.





atividade de linguagem dos sujeitos enunciadorees. Para tanto, passemos à análise do enunciado *Senhor, eu tenho orgulho do imprestável* (BARROS, 2013, p. 317).

A marca assertiva *ter orgulho* convoca certas unidades, tais como *filho* e *cachorro*, a instanciar o espaço do complemento. Vejam-se, por exemplo, ocorrências dessas unidades nos enunciados *Eu tenho orgulho do meu filho* e *Eu tenho orgulho do meu cachorro*. Com efeito, a marca assertiva *ter orgulho* está antecipando o resultado da operação de **localização/identificação** (VIGNAUX, 1995), que é a geradora de valores para as unidades.

A localização/identificação (VIGNAUX, 1995) é uma operação que implica localizar uma unidade que se pretende estabilizar, por exemplo *filho* e *cachorro*, em relação a uma unidade que esteja relativamente estabilizada entre os enunciadores.

Ocorrendo localização, vislumbra-se a possibilidade de que localizador (uma unidade relativamente estabilizada) e localizado (a unidade que se pretende estabilizar) se identifiquem. Tal possibilidade suscita ocorrências de predicado, tais como *um filho para alguém* e *um cachorro para alguém*, que, numa retomada enunciativa, são traduzidos ou interpretados em termos de unidades, tais como *o filho (de alguém)* e *o cachorro (de alguém)*, vocacionadas a instanciar certos espaços do enunciado.

Observe-se que, se por um lado, a marca assertiva *ter orgulho* convoca certas unidades para o lugar do complemento, por outro lado, não é menos certo que as unidades, tal como acabamos de observar, estão



vocacionadas a certos contextos. No entanto, é só o diálogo entre a unidade e o contexto que poderá confirmar esse potencial significativo.

Sendo a localização uma operação necessariamente anterior à identificação, se aquela encontra obstáculos que não consegue superar, essa fica comprometida. Consequentemente, não sendo gerados predicados, fica comprometida a sua retomada por unidades com vocação para instanciar certos espaços do enunciado.

Ainda que a isomorfia entre o empírico e as unidades de uma língua dada fique comprometida, a linguagem, enquanto forma estruturante, (re)interpreta o trabalho simbólico através de unidades específicas dessa língua e categoriza o empírico atribuindo-lhe propriedades não mais decorrentes de uma isomorfia, porque agora decorrentes do encadeamento de determinações entre as unidades constitutivas do enunciado. Com efeito, *imprestável*, no nosso enunciado de partida, marca a dificuldade de se construir unidades com vocação a instanciar certos espaços do enunciado.

Considerações finais

Vimos ao longo do artigo que lidar com a variação das unidades é um desafio se as línguas naturais forem tratadas como equivalentes a sistemas lógicos, dado que esse tipo de sistema funciona à base de correspondências entre estados de coisas e as unidades de língua dada. Vimos que esse desafio é superado se as línguas forem tratadas como sistemas de significação que resultam do encadeamento de determinações



em cascata. Nesse tipo de sistema, o valor de uma unidade deve-se não só à geração de unidade com potencial para ocupar certos espaços no enunciado, mas também ao conjunto das relações (dados em retrospectiva e/ou prospectiva) entre as unidades constitutivas do enunciado.

Referências

- AUROUX, S. Hommage - Antoine Culioli (1924-2018). **Histoire Epistémologie Langage**, v. 40, n. 1, p. 3-6, 2018.
- BARROS, M. de. **Poesia completa**. São Paulo: LeYa, 2013.
- CULIOLI, A. A propos de la notion. In: GROUSSIER, M. L.; RIVIÈRE, C. (orgs.) **La notion**. Paris: Ophrys, 1997, p. 9-24.
- CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations**. Tome 1. Paris: Ophrys, 1990.
- CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**. Tome IV. Tours et détours. Limoges: Lambert-Lucas, 2018.
- CULIOLI, A. Representation, referential processes and regulation. Language activity as form production and recognition. In: MONTANGERO, J.; TRYPHON, A. (eds.) **Language and cognition**. Geneva: Foundation Archives Jean Piaget, 1989.
- CULIOLI, A. The concept of notional domain. In: SEILER, H. (ed.) **Language universals**. Paper from the conference held at Gummersbach/Cologne. Tübingen: Narr, 1978.



CULIOLI, A. **Variations sur la linguistique**. Entretiens avec Frédéric Fau. Paris: Klincksieck, 2002.

CULIOLI, A. Variations sur la rationalité. **Cahiers de l'institut de linguistique et des sciences du langage (ILSL)**, número fora de série, 2015.

FRANCKEL, J.-J. Referência, referenciação e valores referenciais. In. De VOGÜÉ, S.; FRANCKEL, J.-J.; PAILLARD, D. **Linguagem e enunciação**: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011. p. 31.55.

LIPOVETSKY, G. **A era do vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri: Manole, 2005.

LYONS, J. **Linguistic semantics**: an introduction. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2002.

PRIA, A. A interação do verbo suporte DAR com os processos de construção da significação no português brasileiro. **Delta**, v. 35, n. 2, p. 1-22, 2019.

PRIA, A. D. A atividade de tradução e a articulação da invariância com a variação. In: PRIA, A.D; MORALIS, E.G; CARDOSO-CARVALHO. V.G; CARVALHO, G.A de. (Orgs.). **Linguagem e Línguas**. Invariância e Variação. Campinas: Pontes, 2014, p. 111-120.

PRIA, A. D. Especificidade linguística e não-linguística em articulação com a atividade de linguagem. **Signo**, v. 38, n. 64, p. 50-65, 2013.

PRIA, A. D.; CUMPRI, M. L.; KARIM, T. M. A identidade das formas linguísticas sob o ponto de vista das operações predicativas e enunciativas. **Letrônica**, v. 12, p. 1/32120-12, 2019.





REZENDE, L. M. **A natureza dialógica da linguagem.** Revista brasileira de letras, v. 1, n. 1, p. 45-47, 1999.

REZENDE, L. M. Articulação da linguagem com as línguas naturais: o conceito de noção. In: Blundi, Marília O.; Rezende, Letícia M. (Org.).

Linguagem e línguas naturais: clivagem entre o enunciado e a enunciação. 1.ed. São Carlos: Pedro e João editores, 2009, v. 1, p. 13-42.

REZENDE, L. M. **Léxico e gramática: aproximação de problemas linguísticos com educacionais.** 2000. 330f. Tese (Livre-docência). - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2000.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral.** ed. 32. São Paulo: Cultrix, 2010.

SCLIAR-CABRAL, L. Referência: qual a referência e como evocá-la? **Delta**, v. 18 n. especial, p. 57-85, 2002.

VIGNAUX, G. **Le discours acteur du monde.** Enonciation, argumentation et cognition. Paris: Ophrys, 1995.